

Não há como negar: condição financeira da Cemig é muito favorável à pauta econômica

Distribuição de dividendos para os acionistas passou de R\$ 692 milhões em 2005 para R\$ 2 bilhões em 2006, um aumento de 199%

A queda no lucro da Cemig no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período de 2005 não representa condição financeira pior, nem tampouco impede que as reivindicações econômicas da Campanha de Renovação do ACT 2006/2007 sejam integralmente atendidas (confira dados confirmando esta tese em tabela e gráfico nesta página).

Segundo o Dieese, o lucro da Cemig no primeiro semestre de 2006 é o segundo melhor resultado obtido pela empresa. Conforme apresentações feitas a seus acionistas, se for considerado o lucro ajustado (análise que desconsidera os fatores não recorrentes, como a despesa com a venda do anuênio), o

lucro é melhor do que o do ano passado.

Outros pontos indicam que a situação financeira é confortável e tende a melhorar ainda mais, devido ao aumento na venda de energia em todos os segmentos de consumo, a entrada em operação das usinas de Irapé, Capim Branco e Aimore's e dos resultados obtidos nos leilões de energia nova, onde a empresa conseguiu preços de venda do MWh nos valores máximos permitidos.

O que pesa negativamente para a situação financeira é a opção da Cemig em adotar uma política agressiva de distribuição de dividendos. Segundo Marcelo Correia, diretor do Sindieletro, a empresa está traba-

lhando para fazer enormes cortes no orçamento para garantir o elevado repasse de capital para os acionistas, que hoje já são 55% estrangeiros. "Esse acordo é o que mais tem pesado para o corte de investimentos essenciais para a manutenção da rede, hoje muito visível para os consumidores, pois retornamos aos tempos de falta de medidores e transformadores. Chegamos ao ponto de não haver manutenção e muitos postes e cruzetas estão podres oferecendo riscos. Contraditoriamente, a empresa mantém contratos caríssimos de consultoria e softwares", detalha Marcelo.

Maior tarifa, menos gastos com pessoal

Para Marcelo, a contenção de gastos pela empresa também está relacionada à revisão

da tarifa prevista em 2008. Segundo ele, os investimentos foram adiados para 2007 para que possam ser incluídos na planilha de custos para efeito de definição de um índice de reajuste maior na hora da revisão tarifária. Além disso, os gastos com pessoal, material e serviços da distribuição estão abaixo do limite da empresa de referência. Com isso os acionistas estão lucrando às custas de mais um prejuízo para os eletricitários.



Jogo de cena

Wiliam Vagner, coordenador-geral do Sindieletro, avalia que o corte orçamentário da Cemig não passa de um jogo de cena. "A empresa está em excelente situação financeira. Esta tentativa de mostrar a todos que a Cemig atravessa um período ruim é pura enganação, pois aos acionistas foram pagos mais de 2 bilhões de reais a título de dividendos, mais do que o lucro da empresa no ano passado. A quem interessa essa política?", questiona.

Pauta de reivindicações já está com a empresa

Foto: Benedito Maia



A direção do Sindieletro e de entidades que representam engenheiros, secretárias, administradores e técnicos de segurança no trabalho industrial entregaram, no último dia 3, ao presidente da Cemig, Djalma Moraes, a pauta de reivindicações para este ano. Os representantes do Comitê de Negociação da Cemig também receberam a pauta unificada para a renovação do Acordo Coletivo de

Trabalho 2006/2007, onde estão questões importantes como o direito à organização sindical e reivindicações financeiras.

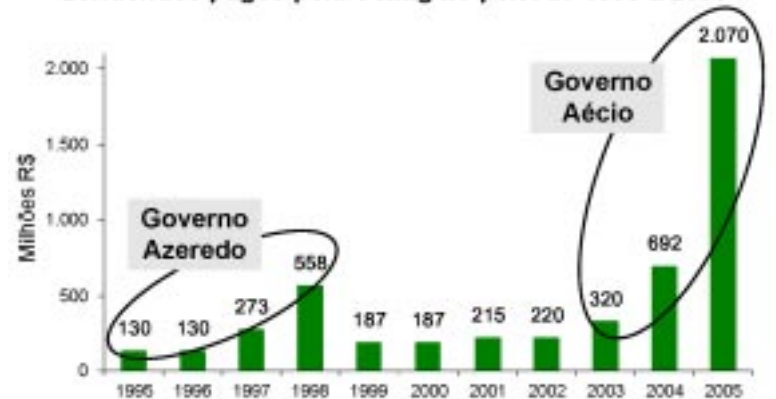
Como Djalma Moraes disse que a empresa também está interessada em manter a tranquilidade no debate, a direção do Sindieletro espera finalmente discutir questões estratégicas para a categoria como o fim das práticas anti-sindicais.

Reivindicações muito bem fundamentadas

Para o economista do Dieese, Fernando Duarte, a pauta econômica da categoria está muito bem fundamentada com a realidade financeira da Cemig. "O aumento real de 5,1% e as quatro remunerações a título de PR extraordinária, por exemplo, são reivindicações que podem ser atendidas tranquilamente pela empresa", enfatiza.

Ele lembra que as despesas com pessoal vêm caindo a cada ano em relação ao faturamento da Cemig, enquanto o valor distribuído para os acionistas mais que dobrou. "Além disso tudo, empresas do setor elétrico com condição financeira inferior à da Cemig já garantiram, no primeiro semestre, aumento real aos seus trabalhadores", finaliza.

Dividendos pagos pela Cemig no período 1995 a 2005



Dados anuais selecionados	2005	2004	Var. %
Dividendos Pagos aos Acionistas (R\$ milhares)	2.070.449	692.400	199%
Percentual do Lucro Distribuído (%)	103	50	107%
Dados semestrais selecionados	1º sem 2006	1º sem 2005	Var. %
Lucro Líquido do Período (R\$ milhares)	665.077	1.041.590	-36%
Lucro Líquido Ajustado** (R\$ milhares)	768.401	628.993	22%
Venda de energia (MWh)	24.331.539	18.873.557	29%
Receita da Venda de Energia (R\$ milhares)	4.960.983	4.264.435	16%

Fonte: Demonstrações dos Resultados Consolidados da CEMIG / Relatórios Anuais CEMIG.
Nota: (**) Dado elaborado pela CEMIG e divulgado na apresentação "Fundamentos Garantem Crescimento Sustentável - Resultados do 1º Semestre de 2006".

Sindieletro entrega carta-denúncia ao presidente Lula

Foto: Benedito Maia



Wilian Vagner entrega carta a Lula

No dia 26 de setembro, o presidente Lula recebeu das mãos de diretores do Sindieletro uma carta-denúncia que trata dos principais problemas vividos pelos trabalhadores da Cemig. O documento relata as práticas anti-sindicais da empresa, os acidentes de trabalho que atingem principalmente os trabalhadores terceirizados e as altas tarifas de energia em Minas.

A carta pede apoio à Presidência da República “para que todas as medidas políticas e administrativas sejam tomadas para por fim a esta situação que cerceia o direito dos trabalhadores, restringe o acesso à energia elétrica e mata pessoas no exercício do seu trabalho”.

Wilian Vagner, coordenador geral do Sindieletro, diz que o sindicato trabalha para restabelecer um processo democrático

de relações de trabalho, onde haja negociação direta entre trabalhadores e empresa. “Porém, como não estamos conseguindo espaço aqui, fizemos a denúncia em nível nacional para tentar avançar e restabelecer o diálogo”.

Lúcio Guterres, presidente da CUT Minas e diretor do Sindieletro, diz lamentar que as relações com a Cemig tenham chegado a esse ponto. “Desde quando a CUT ganhou esse sindicato, em 1987, a relação com a empresa foi sempre muito dura, mas sempre leal e respeitosa. Sempre fizemos mobilizações, discussões profundas com os trabalhadores, e, quando necessário, endurecemos e fizemos greve. Entretanto, nos últimos anos, essa relação tem se deteriorado”.

Segundo Guterres, o sindicato resolveu levar a discussão adiante para coibir as práticas anti-sindicais da empresa. “Nos últimos 12 meses, tivemos que

denunciar a deterioração dessa relação para a CUT Nacional, que levou a denúncia ao conhecimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para o Ministério do Trabalho, para o presidente da República e para o presidente da Cemig”.

Na visita a Belo Horizonte, o presidente Lula e o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, assumiram o compromisso de avaliar as denúncias e de averiguar junto a Agência Nacional de Energia (ANEEL), os ministérios das Minas e Energia e do Trabalho e Emprego quais as medidas podem ser tomadas pelo governo federal para atender as demandas.

Veja os principais trechos da carta-denúncia

“A empresa tem cerceado a liberdade e autonomia sindical previstas nas Convenções 98 e 135 da OIT. Tais práticas se tornaram rotineiras e têm sido a marca da atual administração e do governo do nosso estado”.

“Somente neste ano foram oito mortes decorrentes de acidentes de trabalho envolvendo terceirizados. A terceirização de atividades-fim coloca o lucro e a distribuição de dividendos aos acionistas como pontos centrais na condução dessa empresa, em detrimento da construção de condições dignas de trabalho”.

A Cemig tem condições de atender as reivindicações da categoria nesta Campanha Salarial?

FALA TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



A atual conjuntura nos mostra que a Cemig é considerada uma das companhias elétricas mais



Tem condições sim. Mas, para isso, os trabalhadores têm que ir à luta, fazer manifestação

lucrativas do país. No início de toda Campanha Salarial, podemos perceber uma clara intenção de prejudicar os trabalhadores, mas depois acaba ficando óbvio que existem condições financeiras para melhorar o salário de todos. O que acontece é que a Cemig tem se preocupado apenas em beneficiar seus acionistas, deixando sempre os trabalhadores em segundo plano. Neste ano, espero que o nosso lado seja levado em consideração, já que a situação financeira da empresa está favorável.

Ricardo José Ferraz, Mecânico de Veículos e Equipamentos – GE/CT – Anel Rodoviário

e até greve, se for necessário. Caso contrário, não teremos nada. Ocorre também que muita gente está com medo de perder o emprego porque a Cemig tem feito pressão em cima de nós. Acredito que a empresa irá usar o argumento da compra da Light para dizer que não tem dinheiro para nos conceder aumento salarial e enfraquecer a nossa Campanha Salarial. O lucro da Cemig no primeiro semestre foi razoável, mas a empresa não divulga os números como deveria.

Abrão Carlos Fortunato, Mecânico de Veículos e Equipamentos – GE/CT – Anel Rodoviário

Exclusão do Odontológico pode ser a qualquer momento

Por causa das irregularidades, o Subprograma odontológico continua sendo questionado na Justiça. “A categoria merece um amplo debate sobre as coberturas e custeio. A Forluz divulgou que o plano tem a maior cobertura do Brasil, o que não é verdade. Falta transparência”, afirma Arcângelo Eustáquio, diretor do Sindieletro e representante eleito pelos trabalhadores para o Comitê do PSI.

Arcângelo avalia que o custeio do programa não está sendo paritário, como previsto. “Com as co-participações e o pagamento integral pelos participantes de procedimentos não cobertos pelo plano, a participação no custeio, por parte dos trabalhadores e aposentados, será maior que a participação da Cemig. Todos sabemos que os acionistas estão sempre cobrando da Cemig menos despesas e mais

lucros. Não podemos legitimar essa ilegalidade, nem em troca de dente de ouro”.

O Programa Odontológico será custeado de cinco formas: contribuição mensal da Cemig; contribuição mensal, igual a da Cemig, por parte dos empregados, variável de acordo com o salário; transferência de R\$ 287,00 reais do teto do PGE para o programa; co-participação de até 30% para os procedimentos realizados; para os procedimentos não cobertos pelo programa, os custos são 100% por conta do participante, e podem ser reembolsados em 50% do teto Forluz de acordo com o saldo disponível.

“O sindicato defende que o Odontológico seja debatido amplamente com a categoria e depois aprovado no comitê do PSI com as mudanças que se fizerem necessárias. A disposição do Sin-

dieletro é de negociar; desde que haja disposição para o diálogo por parte da Cemig. Não aceitamos, de maneira alguma, o Subprograma do modo como nos foi imposto”, destaca Arcângelo.

Formulário na internet

Quem não quiser continuar no programa deve agilizar o pedido de exclusão, que pode ser feito a qualquer momento, desde que o trabalhador não use o cartão. Se tiver usado, o trabalhador só pode sair do Subprograma 12 meses após o último uso. Quem pediu a exclusão dentro do mês de setembro, deve receber o reembolso deste primeiro mês no contracheque de outubro. Para pedir exclusão do programa, é necessário acessar o site da Forluz na Internet (www.forluz.org.br), imprimir o formulário, preenchê-lo e entregá-lo a agência de atendimento da Forluz.

Igualdade de oportunidades de trabalho é ponto forte da Campanha Salarial 2006

O Sindieletrô continua na luta pela promoção de políticas de igualdade de oportunidades de trabalho entre homens, mulheres, negros, brancos e integrantes das diversas religiões e ideologias. A Campanha Salarial 2006 será um espaço para o debate desta questão. A cláusula 25 da pauta de reivindicações deste ano defende a criação de uma comissão, formada por representantes dos trabalhadores e da Cemig, que irá monitorar e gerir a implantação de programas que visem prevenir e combater a discriminação no ambiente de trabalho.

O objetivo é executar campanhas de conscientização sobre o tema. A reivindicação é amparada pela Convenção 11 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo artigo quinto da Constituição Federal.

Para Maria de Lourdes de Lima Fonseca, diretora de Gênero e Raça do Sindieletrô, o problema da desigualdade de oportunidades realmente existe na Cemig, e a discriminação ocorre de forma dissimulada, até mesmo pela falta de conhecimento sobre gênero e raça por parte de quem é discriminado. “Sem essa base, fica difícil debater o assunto. Daí a importância da Comissão. Através dela, teremos a oportunidade de identificar as situações discriminatórias e propor soluções, além de oferecer uma formação sobre o tema”, explica. Segundo a diretora, na Cemig uma das evidências do problema é o alto número de homens em cargos de gerência, sendo que quase não existem negros e negras nestas posições.

“A maior importância desta comissão será privilegiar a formação de uma consciência e acelerar um processo de discussão sobre o problema da participação do negro e da mulher na Cemig”, afirma João Geraldo Eustáquio, diretor do Sindieletrô. Para ele, a categoria tem



Foto: Benedito Maia/Arquivo

Mulheres aumentaram presença na Cemig nos anos 90

que insistir e pressionar a Cemig para que a empresa aprove esta cláusula.

Em 2005, um evento realizado pela Internacional dos Serviços Públicos e CUT-MG ressaltou a importância da negociação sobre igualdade de direitos nos acordos coletivos. “As cláusulas reivindicatórias pela mudança da estrutura racista nas empresas devem ser levadas até o fim e os sindicatos devem ter o compromisso de intervir;

também, nas políticas públicas combatendo a discriminação”, comentou Jocélio Drummond, secretário da ISP no Brasil.

Problema generalizado

A desigualdade de gênero e raça se reflete no serviço público. Um estudo da Universidade de Brasília (UNB) apontou que as mulheres passaram a ocupar 48% dos cargos nas instituições públicas, depois da exigência da realização de con-

ursos públicos em 1988. Mesmo com este número crescente, as mulheres ainda não recebem o mesmo tanto que os homens. Segundo o estudo, isso acontece porque elas ainda não ocupam os mesmos postos de chefia e confiança garantidos aos homens. Com os negros, o efeito é parecido. Como são em média menos escolarizados, eles encontram dificuldades para serem aprovados nas provas de seleção e desfrutarem da estabilidade de emprego oferecida pelo serviço público.

Na Cemig

O diretor de Formação do Sindieletrô, Lúcio Parrela, destaca que a Cemig não se adequou e nem preparou os funcionários para receberem as eletricitárias, que passaram a ocupar funções técnicas de forma mais visível a partir dos anos 90. “Os maiores problemas estão nas atividades de campo já que não se avaliou se os equipamentos e máquinas atenderiam a realidade da mulher. Hoje as trabalhadoras já provaram estar aptas para a função, mas enfren-

tam dificuldades para questões simples como usar o banheiro no trabalho de campo”, avalia.

A eletricista do Anel Rodoviário e diretora do Sindieletrô, Jéssica Silva Martins, sentiu na pele os desafios da nova função num ambiente masculino. A equipe de eletricitistas do Anel tem mais de 100 homens e apenas quatro mulheres. “Quando tomei posse, em 2002, gostei muito por causa do curso que tinha feito. Me sentia preparada para o trabalho, mas depois conheci as dificuldades”.

Jéssica conta que as cobranças aumentam com o tempo e nem sempre as condições de trabalho são favoráveis. “O risco é grande. Exigem da gente o mesmo desempenho dos homens. Vamos nos adaptando, mas algumas mudanças facilitariam o trabalho, como a troca do uniforme que exige das mulheres o uso de uma blusa de baixo o que, dependendo do tecido, aumenta o risco de acidentes”, avalia.

“Tem lugar que o banheiro das mulheres é pior do que o dos homens e o equipamento enferrujado exige de nós um esforço maior”, conta. Para ela esses problemas nunca são levados para os chefes porque as eletricitistas temem a repressão. “Temos menos força física, mas também possuímos outras habilidades”, acredita.

Assédio moral

O assédio moral é um tema que também desafia a organização dos eletricitários da Cemig. “O assédio moral não é um problema novo na empresa, mas a conjuntura é agravada pelo quadro de pessoal extremamente reduzido, aliado a uma gestão baseada exclusivamente em resultados. Isso intensifica o assédio e favorece doenças ligadas à pressão no ambiente de trabalho, muitas vezes sem que o trabalhador saiba”, avalia Lúcio Parrela. A discussão deve ganhar espaço nesta Campanha.

Negros ainda buscam igualdade

Foto: Benedito Maia/Arquivo

No Brasil, em quase todas as profissões, os negros ganham menos que os brancos. A constatação não é nenhuma novidade, mas foi comprovada através de uma comparação de dados feita pelo IBGE. A partir das 509 profissões cadastradas no Censo 2000, o instituto mostrou que o número de negros e pardos que ganham mais de 10 salários mínimos é igual ou maior ao número de brancos em apenas 42 profissões, ou seja, em 8% do total.

A distorção se mantém também quando se compara



CUT-MG puxou debates sobre igualdade com outras entidades

a proporção de trabalhadores ganhando menos de três salários mínimos. Os resultados desta análise revelam uma desigualdade ainda mais gritante.

Em 493 profissões (97% do total do Censo), a proporção de negros e pardos entre os mais pobres supera a de brancos na mesma carreira.

A imprensa tem lado e não é o do trabalhador

Desde que o Brasil é Brasil, grandes empresários da comunicação atendem aos interesses econômicos e políticos das oligarquias. Às vésperas das eleições jornais, rádios e tvs se transformam em palanques

Foram três anos tratando as viagens presidenciais e a compra de um avião como notícia e privando a população de informações sobre os resultados econômicos e sociais alcançados pelo governo Lula. Mas o esforço orquestrado foi insuficiente para conter o projeto de reeleição do presidente, que chega ao segundo turno sustentado pela sociedade e pelas organizações sociais e de trabalhadores. A mesma imprensa que fez uma cobertura apenas burocrática dos grandes escândalos dos governos de FHC (PSDB), agora fala em ética e tenta responsabilizar Lula pelas operações que os próprios órgãos oficiais investigam pela primeira vez.

Às vésperas da eleição presidencial, os analistas da mídia afirmam que a imprensa “*subiu no palanque*” para beneficiar o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. As manchetes mostram o abismo que separa os interesses das empresas de comunicação dos trabalhadores.

Dois pesos, duas medidas

Graças aos donos dos meios de comunicação historicamente aliados a direita no país, foi possível disseminar, rapidamente, para milhões de pessoas, as fotos do dinheiro usado na suposta compra do dossiê tucano. A manipulação foi identificada pela Agência Carta Maior, que revela que jornalistas das principais redações do país denunciavam indícios de armação envolvendo um delegado da Polícia Federal e a assessoria de Alckmin.

A mídia impressa paulista tenta influenciar o resultado das eleições através de jornais como a Folha de S.Paulo, Estado de São Paulo e das revistas Veja e Época. O site Observatório da Imprensa afirma que a mídia já perdeu as eleições ao



deixar de discutir problemas reais do país, por não aceitar que um presidente “*sob a metralha unânime da imprensa, tenha chegado muito perto de se eleger em 1º turno*”.

A perseguição da Veja à Lula foi confirmada pelo site em denúncias não comprovadas, como no caso dos dólares vindos supostamente de forma ilegal de Cuba. Alberto Dines, do Observatório diz que “*tudo na matéria é assumidamente inconsistente, incoerente, duvidoso, incerto e inseguro*”.

Segundo o Fei Betto “*a grande imprensa se esqueceu que o governo FHC tratou os movimentos populares como caso de polícia, e não de política*”. Ele destaca que, enquanto no atual governo o Ministério da Justiça e sua Polícia Federal têm alta credibilidade, nos governos tucanos o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, foi batizado de “*engavetador-geral da República*”, por encobrir graves denúncias de corrupção. O analista Altamiro Borges cita o SIVAM, o PROER,

as privatizações suspeitas e a compra de votos para a reeleição de FHC, como falhas dos governos do PSDB, que “*tiveram cobertura amigável*”.

Resistência

Muitas vezes, o excesso e a manipulação das informações favorecem a desinformação e criam uma lacuna na sociedade, que os próprios leitores tentam preencher. Sem ser analista político ou jornalista, o comerciante paulista, Eduardo Guimarães, criou um blog onde analisa os principais jornais do país. Seu monitoramento mostrou que de 1º a 29 de julho, a Folha de São Paulo trouxe manchetes contra o governo Lula praticamente todos os dias e poupou adversários, sobretudo Alckmin. “*A crise do PCC em São Paulo não gerou uma só manchete diretamente desfavorável para o candidato tucano à Presidência*”, constatou Eduardo.

O coronelismo que resiste

Os “donos” da mídia no Brasil são as famílias que con-

trolam as 6 redes privadas nacionais de TV aberta – Globo, Record, SBT, Bandeirantes, Rede TV! e CNT – e seus 138 grupos afiliados, que, por sua vez, controlam 668 veículos (TV’s, rádios e jornais). Somam-se a estes grupos: a Editora Abril (que domina 69,3% do mercado de revistas), os jornais O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo (que representam cerca de 10% da tiragem de todos os jornais diários no país), e o grupo carioca Jornal do Brasil. Esses veículos são instrumentos de poder regional e nacional, abandonando muitas vezes sua função social.

A mídia e os presidentes

Evitando o confronto com a imprensa, Lula apenas lamenta a cobertura política tendenciosa, que, em outros momentos importantes da história brasileira, já prejudicou a construção de uma nação democrática.

Durante seu 4º mandato como presidente, Getúlio Vargas foi perseguido pela imprensa devido a acusações de corrupção e a diversas medidas tomadas que geraram polêmica, como o reajuste do salário

mínimo em 100%, a lei sobre o monopólio estatal de petróleo, a lei sobre restrição da remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, entre outras. Em 1954, o atentado da rua Tonelero, que mata um major da FAB e fere o jornalista e ex-deputado federal Carlos Lacerda, é atribuído a Getúlio. A grave crise política que se instalou levou Vargas ao suicídio na madrugada em agosto de 1954.

Nos anos 60, após anunciar reformas, aprovar leis que beneficiavam trabalhadores urbanos e rurais, e adotar uma política externa independente, João Goulart foi vítima de um golpe militar, incentivado pelos Estados Unidos e apoiado pela mídia nacional. Já JK, durante a construção de Brasília, enfrentou a grande imprensa, que foi porta-voz de denúncias de superfaturamento das obras, chegando a dizer que o presidente teria a 7ª maior fortuna do mundo.

Estes fatos mostram que, ao romper com a sociedade, a imprensa abandona o jogo da democracia e perde ao deixar de desempenhar seu papel.

A decisão na mão dos trabalhadores

Os urbanitários de todo o Brasil divulgaram documento apoiando a reeleição do presidente Lula para combater o retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e do povo brasileiro através de um documento assinado pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT). O coordenador-geral do Sindieleiro, Wilian Wagner, defende a reeleição de Lula, como

questão estratégica para os trabalhadores. Para ele a eleição de Alckmin jogaria por terra a luta dos eletricitários contra a privatização da Cemig. “*Basta olhar o exemplo da Ceteep – transmissora de energia de São Paulo, privatizada este ano – para constatar que reeleger Lula é a forma mais confiável de garantir a Cemig como empresa pública*”, avalia.